CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 1993/78

INTERESSADO : UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (faculdade de Educação)

ASSUNTO : Modificações de Regimento da Escola de Aplicação

RELATOR : Sólon Borges dos Reis

PARECER CEE : nº346 /84 CEPG - Aprovado em 14 / 03 /84.

1- Histórico

Em fevereiro de 1982, atendendo ao que dispõe o artigo 48 do regimento da Escola da Aplicação da Faculdade de Educação da USP, seu Diretor encaminhou Relatório das Atividades de desenvolvimento pela escola em 1981.

Enviado preliminarmente a Assistência Técnica, em 06/07/82, foi apresentada a seguinte informação elaborada pela Assistente Técnica Clotilde Tartaglia, contendo um histórico completo e detalhado da situação da Escola em questão.

Em 28/7/82, o senhor presidente da câmara do 1º grau distribuiu o protocolado ao nobre Cons. João Bápista Salles da Silva, o qual requereu manifestação da Comissão de Legislação e Normas para que se pronunciasse sobre as seguintes questões:

1- a "Autonomia" da Escola de Aplicação com relação à Secretaria da Educação é de tal forma que se pode prescindir dos atos formais de autorização de funcionamento e de reconhecimento fixados pela Deliberação CEE nº 18/78 ?

2- estando vinculada à FEUSP, qual seria o órgão do sistema estadual de ensino com competência para autorizar o reconhecimento? Seria o Conselho Estadual de Educação, atendendo o disposto na Deliberação CEE nº 18/78 para os estabelecimentos oficiais de ensino?

3- sem autorização de funcionamentos a Escola de Aplicação da FEUSP tem situação legal?

4- qual a situação dos concluintes para fins de prosseguimento de estudos?

2- APRECIÇÃO

Na linha do entendimento do Parecer da CLN, de autoria do Conselheiro Renato Di Lio, lê-se o que segue:

"A Escola de Aplicação teve origem com a Escola Experimental, instalada em 1958, ligada à Divisão de Aperfeiçoamento de Magistério (DAM) do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do INEP.

Pelo Decreto do Presidente da Republica nº 71.409, de 20 de novembro de 1972, foi autorizada a cessão, à Universidade de São Paulo, do acervo dos bens e imóveis atinentes ao Centro Regional de Pesquisas Educacionais "Prof. Queiroz Filho", do Instituto nacional dos Estudos Pedagógicos do Ministério da Educação e Cultura (art.1º).

Dispõe o art. 2º que "os bens a que se refere o artigo anterior ficam vinculadas ao serviço do aludido Estabelecimento de Ensino Superior, com a finalidade precípua de assegurar a continuidade dos programas de pesquisas e atividades correlatas do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e facilitar a participação da Universidade de São Paulo, particularmente a sua Faculdade de Educação, na execução dos aludidos programas e atividades.

Verifica-se, pois, que a Escola de Aplicação foi criada pelo próprio Ministério de Educação e Cultura, uma vez que se originou da Escola Experimental instalada em 1958, pelo INEP.

Acresce que a Deliberação CEE nº 13/83, em seu artigo 2º, estabelece que "a Secretaria de Estado da educação, verificada a regularidade dos atos praticados pelas escolas e cursos mantidos por outras Secretarias de Estado, Universidades e outros órgãos a elas vinculados, os arrolará em publicação oficial como escolas e cursos aptos a expedir certificados e diplomas validos".

A este respeito, cumpre notar que, em processos em que eram interessadas a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Parecer CFE nº 4856 /75) e a Universidade Federal do Paraná (Parecer CFE nº 49/-78), ambos relatados pela ilustre Conselheira Esther de Figueiredo Ferraz, perfilhou o Conselho Federal de Educação a tese, já esposada no Parecer CEE nº 2306/74, de que "não poderão tais Universidades, a pretexto de que desfrutam da prerrogativa da autonomia, disciplinar a organização e o funcionamento desses escolas de 1º e 2º graus por outras normas que não as imperativamente fixadas pela Lei nº 5692/71 e, ainda, pelos órgãos competentes dos Sistemas a que estejam filiadas... "E conclui: "Pois a autonomia de que desfrutam diz respeito, apenas, aos estudos de grau superior, sendo certo que os dois graus iniciais não de se processar rigorosamente de acordo com o que, a respeito, se disciplinou nessa Lei".

3 - CONCLUSÃO

DIRIMIDAS as duvidas face do exposto, toma-se conhecimento para os devidos fins, do Relatório das Atividades desenvolvidas pela escola de Aplicação da Faculdade de educação da USP, em 1981.

São Paulo, 07 de fevereiro de 1984.

a) Cons. SÓLON BORGES DOS REIS
Relator

4. DECISÃO DA CÂMARA:

A CÂMARA DO ENSINO DE PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Gérson Munhoz dos Santos , Luis Antônio de Souza Amaral, Sólon Borges dos Reis, Cecília Vasconcellos Lacerda Guaraná e Guiomar Namo de Mello.

Sala da Câmara do Ensino de Primeiro Grau, em 13 de fevereiro de 1984.

A) Cons. Gérson Munhoz dos Santos
Vice-Presidente no exercício da
Presidência

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 14 de março de 1984 .

a) CONS^a MARIA APARECIDA TAMASO GARCIA
Vice-Presidente no exerexcio da
Presidência